



**MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA**

PGR-MANIFESTAÇÃO- 216398/2015

RECLAMAÇÃO 21.569 SÃO PAULO

RELATOR :MIN. CELSO DE MELLO

RECLTE.(S) :ERIK SOARES DOS SANTOS DE ARAUJO E OUTRO(A/S)

ADV.(A/S) :MAXIMIANO CARVALHO

RECLDO.(A/S) :JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PALESTINA

INTDO.(A/S) :MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Senhor Ministro-Relator,

1. Trata-se de reclamação contra decisão do Juiz de Direito da Vara Única da Comarca de Palestina, por suposta violação das súmulas 718 e 719¹ deste Supremo Tribunal Federal.

2. Sustentam os reclamantes que foi-lhes negado o direito ao regime aberto, com substituição por penas restritivas de direitos, sob fundamentos abstratos da gravidade do delito, sem análise da subjetividade dos agentes, como recomenda o princípio constitucional da individualização das penas, contra expresse precedente do STF, o HC 97256/RS e Súmulas 718 e 719, que, em conjunto, autorizam o cabimento de pena alternativa nos casos como o dos autos.

3. No caso em análise, pretende o reclamante rediscutir o regime inicial de cumprimento da pena. E, conforme precedentes do Supremo Tribunal Federal “*A reclamação dirigida a esta Corte só é cabível em caso de usurpação de sua competência, ofensa à autoridade de suas decisões ou contrariedade a Súmula Vinculante (CRFB/88, arts. 102, I, I, e 103-A, § 3º).(…) A alegação de ofensa ao*

¹ Súmula 718 - “*A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada*”.

Súmula 719 - “*A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea*”.

direito objetivo ou a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal não dá ensejo à propositura de reclamação, sob pena de desnaturar-se a via em substitutiva de recurso” (Rcl nº 18314/MS, rel. Min. Roberto Barroso, DJ de 03.09.2014).

4. O Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Palestina prestou as seguintes informações: *“a sentença analisou as provas colhidas, concluindo pela condenação, e a opção pelo regime inicial fechado, bem como a inaplicabilidade do redutor previsto no § 4º do art. 33 da Lei 11.343/06 ao caso, inviabilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos e, ainda, negativa de apelar em liberdade, foi fundamentada, sem violação ao precedente do HC 97256/RS e às Súmulas 718 e 719 do E. Supremo Tribunal Federal.”*

5. Verifica-se na sentença condenatória que a pena-base foi aplicada acima do mínimo legal, em 5 anos e 10 meses de reclusão, em razão das circunstâncias consideradas desfavoráveis. E essas mesmas circunstâncias justificam a imposição do regime fechado para o início do cumprimento da pena: *“A fixação do regime inicial de cumprimento da pena não resulta tão-somente de seu quantum, mas, também, das circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, a que faz remissão o art. 33, § 3º do mesmo Código.”* (HC nº 109132/MG, rel. Min. Luiz Fux, DJ 10.10.2011).

6. Dessa forma, não se verifica discrepância com as Súmulas n. 718 e 719, uma vez que o regime inicial fechado teve suporte nas circunstâncias de individualização aplicáveis ao caso concreto, que não comportam nova análise na via da reclamação. E, a substituição da pena privativa de liberdade por pena restritiva de direitos está inviabilizada pela quantidade da pena imposta.

7. Isto posto, opino pela improcedência da reclamação.

Brasília, 15 de outubro de 2015

EDSON OLIVEIRA DE ALMEIDA
SUBPROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA

Grace Campos